

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 13/09/2026.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Educação
Inclusiva em Rede Nacional (Profei)
Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus Presidente Prudente/SP



LISÂNGELA CRISTINA BAPTISTA GOMES SIMÕES

**ENSINO COLABORATIVO COMO DIÁLOGO DOCENTE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

LISÂNGELA CRISTINA BAPTISTA GOMES SIMÕES

**ENSINO COLABORATIVO COMO DIÁLOGO DOCENTE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente/ SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Área de Concentração: Educação Inclusiva.

Linha de pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia de Abreu Fonseca

Presidente Prudente - SP
2026

S593e Simões, Lisângela Cristina Baptista Gomes
Ensino colaborativo como diálogo docente da prática pedagógica no contexto da educação inclusiva / Lisângela Cristina Baptista Gomes Simões. -- Presidente Prudente, 2026
142 f. : il. + objeto educacional

Dissertação (Mestrado profissional - Educação Inclusiva (PROFEI)) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Kátia de Abreu Fonseca

1. Ensino colaborativo. 2. Educação inclusiva. 3. Prática pedagógica. 4. Ação formativa. I. Título.

LISÂNGELA CRISTINA BAPTISTA GOMES SIMÕES

**ENSINO COLABORATIVO COMO DIÁLOGO DOCENTE DA PRÁTICA
PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT, Campus Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre(a) no Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva do PROFEI - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional.

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Data da defesa: 13/03/2026

Banca Examinadora:

Profa. Dra. KÁTIA DE ABREU FONSECA (Orientador(a) - Participação Virtual) – PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – UNESP, Campus de Presidente Prudente

Profa. Dra. ROSENEIDE MARIA BATISTA CIRINO (Participação Virtual) – PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – UNESPAR, campus de Ponta Grossa

Profa. Dra. ELIANE MORAIS DE JESUS MANI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais- DPPPE / Faculdade de Agudos FAAG

Dedico cada momento autorizado pelo nosso Deus, Pai Maior, de aprendizagem, parceria e compreensão às minhas falhas e sucessos, àqueles que, com olhares bondosos, não permitiram que eu desanimasse:
Meus amados filhos, Lucas, Henrique e Clara, minha razão de ser, incomparável amor!
Meu esposo Kleber e minha norinha Naelly, potências de estímulo e companheirismo, luzes amigas, reflexos de orações!
A quem me concebeu com a vida, meus pais queridos e ternos, sempre, sempre incentivando e apoiando meus passos, Luiz e Aparecida, anjos guardiões escolhidos!
Aos meus irmãos, tradução de amorosidade: Fábio e Sílvia, que compreenderam meu lamento de ausência. Gratidão imensurável!
Aos meus queridos presentes, meus alunos da educação especial, que me alegram e me ensinam, estrelas no céu da minha vida!
Tantos são os nomes que trago sem citar; sintam-se incluídos nesta linda jornada em meu coração. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

À Deus, que tudo concede em seu tempo, o presente de cursar o tão sonhado mestrado!
Por me capacitar e autorizar caminhos incríveis e com pessoas maravilhosas!

Aquele que supre a semente ao que semeia e o pão ao que come também lhes suprirá e multiplicará a semente e fará crescer os frutos da sua justiça. Vocês serão enriquecidos de todas as formas, para que possam ser generosos em qualquer ocasião e, por nosso intermédio, a sua generosidade resulte em ação de graças a Deus (2 Coríntios 9:10-11).

À família abençoada, berço fértil de aprendizagem e encorajamento à vida, com suas alegrias e dissabores, que me ensinou a nunca perder a fé e desistir dos propósitos de Deus e dos nossos anseios. A cada um de **“nossas famílias”**, gratidão, gratidão! “Ouçam, filhos, a instrução de um pai; prestem atenção e aprendam o discernimento” (Provérbios 4:1).

Ao querido “Dé”, que, com sua habilidade, deu forma e vida às ideias que vozes e palavras ecoaram nos degraus formativos vividos! “A sabedoria é a coisa principal; adquire, pois, a sabedoria; sim, com tudo o que possuis, adquire o conhecimento” (Provérbios 4:7).

Aos anjos que o Senhor envia e que inspiram saber puro e incondicional, nossos alunos, meus preciosos meninos e meninas da Educação Especial de cada escola por onde passei, na vida onde os encontrei, louvores lhes atribuo! “Em tudo, dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18).

À querida Kaká, nossa Kátia de Abreu Fonseca, minha orientadora, Prof.^a Dr.^a em tantas qualidades, destaco seu dinamismo, paciência, versatilidade e conhecimento, muito conhecimento, ao que se propõe a realizar. Obrigada! “Eis que saiu o semeador a semear” (Marcos 4:3). “Fala com sabedoria e ensina com amor” (Provérbios 31:26).

Aos meus “Cuchuquinhos”, Yuyu, Guigui, Chiquinho, Kimo e às menininhas Titi e Tutu (in memoriam), validação de amor e parceria, sem nada pedir em troca! “E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã, o dia sexto” (Gênesis 1:31).

Às participantes da pesquisa, profissionais dedicadas em busca de saber e aprender com generosidade; a cada encontro de trocas, aprendizagem e crescimento mútuo, gratidão! “Se o seu dom é servir, sirva; se é ensinar, ensine” (Romanos 12:7).

Aos corações amigos, que oraram e torceram para que eu finalizasse esta etapa, nomes, grupos, sempre juntos em sentimentos! “O amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade” (Provérbios 17:17).

Às parceiras do Profei, grupo das lindas: Bárbara, Leslie, Ticiane e Marcela, com quem percorri e dividi esta história de vida escrita no capítulo PROFEI; companheirismo traduzido em risadas, lamentos e angústias de esperança e conquista por uma educação de qualidade e contribuições que nossas pesquisas trarão! “Amai-vos cordialmente uns aos outros com amor fraternal, preferindo-vos em honra uns aos outros” (Romanos 12:10).

À minha “Escola”, objeto da pesquisa, retribuição pela confiança e permissão para que os olhares científicos permeassem seus espaços com respeito, sementes plantadas com generosidade e ágape! “Deem a cada um o que lhe é devido: se imposto, imposto; se tributo, tributo; se temor, temor; se honra, honra” (Romanos 13:7).

Ao grupo de pesquisa GEPIS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão Social) e Grupo Políticas e Práticas De Educação Inclusiva (PPEI), que muito ensinaram no esperar da educação, inclusão e formação de professores, acrescentando reflexivamente à minha jornada, pérolas! “Tratemos de discernir juntos o que é certo e de aprender o que é bom” (Jó 34:4).

A todos os docentes do Profei que, com muita maestria, competência e profissionalismo, conduziram as aulas e todo o processo. “Então, um mestre da lei aproximou-se e disse: ‘Mestre, eu te seguirei por onde quer que fores’” (Mateus 8:19).

À Banca Examinadora, Dr.^a Kátia de Abreu Fonseca, Dr.^a Eliane Moraes de Jesus Mani e Dr.^a Roseneide Maria Batista Cirino, pela disposição em aceitar o convite e pelas valiosas contribuições e apontamentos nas leituras desta pesquisa. “Ouve conselhos e aceita instruções, e acabarás sendo sábio” (Provérbios 19:20). “Tua palavra é lâmpada que ilumina os meus passos e luz que clareia o meu caminho” (Salmos 119:105).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus” (1 Tessalonicenses 5:18).

Para tudo há um tempo, para cada coisa há um momento debaixo do céu. As coisas que Deus fez são boas a seu tempo (Eclesiastes 3, 1; 11a).

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, fundamentada na abordagem da pesquisa-ação, teve como objetivo geral analisar como o Ensino Colaborativo, implementado por meio de uma ação formativa em serviço, contribui para a qualificação e o diálogo docente sobre a prática pedagógica de professores do Ensino Fundamental, Anos Finais, na perspectiva da educação inclusiva. O estudo foi desenvolvido em uma escola pública, com a participação de seis professores, sendo cinco da Educação Especial e um da classe comum. A ação formativa, com carga horária de 36 horas, foi organizada no modelo da consultoria colaborativa e sistematizada em um caderno pedagógico, utilizado como recurso educacional do processo formativo. Como objetivos específicos, buscou-se: identificar a percepção dos professores sobre o Ensino Colaborativo como prática pedagógica inclusiva; promover o planejamento conjunto entre docentes da Educação Especial e da classe comum, com foco na construção colaborativa de instrumentos pedagógicos, como o plano de aula colaborativo e o roteiro de registro reflexivo; e avaliar como as estratégias elaboradas colaborativamente contribuíram para a redução das barreiras à aprendizagem e para o fortalecimento do processo de escolarização dos estudantes. Os resultados evidenciam que o Ensino Colaborativo se configura como uma potente de diálogo pedagógico, favorecendo a corresponsabilidade docente, a reflexão sobre a prática e a construção de estratégias inclusivas que ampliam as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo. Educação Inclusiva. Prática Pedagógica. Ação Formativa.

ABSTRACT

This qualitative research, grounded in an action-research approach, aimed to analyze how Collaborative Teaching, implemented through in-service training, contributes to the qualification and dialogue teachers regarding the pedagogical practice of teachers in the final years of elementary school, from the perspective of inclusive education. The study was conducted in a public school with the participation of six teachers, five from Special Education and one from the regular classroom. The training, with a workload of 36 hours, was organized in the collaborative consultancy model and systematized in a pedagogical notebook, used as an educational resource in the training process. Specific objectives included: identifying teachers' perceptions of Collaborative Teaching as an inclusive pedagogical practice; promoting joint planning between Special Education and regular classroom teachers, focusing on the collaborative construction of pedagogical tools, such as the collaborative lesson plan and the reflective record guide; This study aims to evaluate how collaboratively developed strategies contributed to reducing barriers to learning and strengthening the students' schooling process. The results show that Collaborative Teaching is a powerful approach to pedagogical dialogue, fostering teacher co-responsibility, reflection on practice, and the construction of inclusive strategies that expand learning opportunities for all students.

Keywords: Collaborative Teaching. Inclusive Education. Pedagogical Practice. Formative Action.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pré-requisitos para implementação do ensino colaborativo.....	37
Figura 2 - Definição de papéis dos professores.....	44
Figura 3 - Processo de implementação de consultoria colaborativa entre professores.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação inicial e graduação do participante.....	74
Gráfico 2 - Curso e nível de especialização do participante.....	74
Gráfico 3 - Tempo de atuação no magistério.....	75
Gráfico 4 - Atuação na modalidade de ensino.....	76
Gráfico 5 - Dificuldades encontradas na sala de aula para provocar ou desenvolver mudanças na aprendizagem, em uma perspectiva inclusiva.....	79
Gráfico 6 - Estratégias pedagógicas adotadas nos processos de ensino e aprendizagem inclusivos na sala de aula.....	83
Gráfico 7 - Conhecimento do Ensino Colaborativo e suas contribuições à prática pedagógica na aprendizagem.....	87
Gráfico 8 - Professor organiza materiais ao estudante público da Educação Especial.....	90
Gráfico 9 - O que o professor considera como prática pedagógica inclusiva.....	91

LISTA DE QUADROS

	50
Quadro 1 - Caracterização dos participantes.....	
Quadro 2 - Procedimentos de coleta de dados.....	52
Quadro 3 - Cronograma dos encontros do grupo focal.....	58
Quadro 4 - Proposta inicial de carga horária para curso de ação formativa em serviço para professores.....	62
Quadro 5 - Proposta de carga horária reorganizada para curso de ação formativa em serviço para professores.....	63
Quadro 6 - Organização de agenda semanal.....	63
Quadro 7 - Matriz do curso.....	64
Quadro 8 - Plano de aula colaborativo.....	68
Quadro 9 - Roteiro de Registro Reflexivo do Ensino Colaborativo.....	70
Quadro 10 - Mapa da aprendizagem.....	71
Quadro 11 - Tema: Ensino Colaborativo.....	85
Quadro 12 - Desafios do Ensino Colaborativo entre pares na escola.....	88
Quadro 13 - Possibilidade de implementação de práticas pedagógicas inclusivas....	94
Quadro 14 - Práticas Pedagógicas que o professor gostaria de avançar.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Análise do Comportamento Aplicada
AH	Altas Habilidades
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ATPC	Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAEE	Certificado de Aprovação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara e Educação. Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
EEPG	Escola Estadual de 1º e 2º Grau
EF	Ensino Fundamental
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NT	Nota Técnica
OMS	Organização Mundial da Saúde
P	Professor
PAEE	Público-Alvo da Educação Especial
PEI	Programa de Ensino Integral
PROFEI	Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SE	Secretaria Estadual
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SEESP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SD	Superdotação
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UCTEC	Unidade de Cooperação Técnica e Pesquisa
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UMSCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
UNESPAR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1. INTRODUÇÃO	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
2.1 Educação Inclusiva e reorganização da prática pedagógica	26
2.2 Ensino Colaborativo na educação inclusiva	30
2.3 Ensino Colaborativo: implementação e implicações para a prática pedagógica	35
2.4 Consultoria Colaborativa e Planejamento Conjunto, no contexto da Ação Formativa em Serviço	40
3. PERCURSO METODOLÓGICO	48
3.1 Aspectos éticos da pesquisa	48
3.2 Participantes da pesquisa	49
3.3 Contextualizando o local da pesquisa	50
3.4 Local do estudo	51
3.5 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados	51
3.5.1 Etapas para coleta de dados	53
3.5.1.1 Questionário diagnóstico	53
3.5.1.2 Grupo Focal	53
3.5.1.3 Registros da Ação Formativa	53
3.6 Etapas da pesquisa	53
3.7 Procedimento para análise de dados	59
4. PROPOSTA DO RECURSO EDUCACIONAL	61
4.1 Estrutura e organização da Ação Formativa	61
4.2 Plano de aula colaborativo na perspectiva da Consultoria Colaborativa	67
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	73
5.1 Análise do questionário diagnóstico	73
5.2 Análise do grupo focal	97
5.2.1 Encontro 1	97
5.2.2 Encontro 2	101
5.2.3 Encontro 3	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	130
ANEXOS	137

APRESENTAÇÃO

Apaixonada pela educação, desde cedo, quando nas brincadeiras de crianças já atuava como professora das bonecas e dos coleguinhas nas rodas infantis. Um pedaço de papel tornava-se lousa aos pueris, e hoje são doces lembranças.

Inspirada por minha mãe, grande educadora do lar e da escola primária, onde morávamos, em Tupã/SP, sempre evidenciei gosto pelo encanto de ensinar, ouvir e planejar.

Reviver nos fortalece, define nosso próprio contorno de ser, alimenta sonhos e projeta o futuro; penso que assim se constituiu minha escolha pela educação.

Signatária de minha inspiração, minha mãe, que sempre viveu intensamente o estudo e o cotidiano escolar em toda a sua diversidade, ensinou-me a olhar o ser humano com parcimônia, sensibilidade que não encontrei em meu período de alfabetização escolar. Minha professora, muito severa, já enfrentava rechaço dos estudantes por ser obesa, em evidente preconceito e estigma. Apelidos, lembro-me bem, eram definidamente pejorativos quanto à sua imagem, talvez sendo está uma das primeiras narrações de exclusão e desrespeito à diversidade na escola que compõem minha memória.

Voltamos às raízes. Em voo livre, apresento minha figura como estudante da melhor escola da cidade, na época ainda da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPG)¹, na qual ser aprovado exigia repertório altamente sistematizado e condicionante ao currículo escolar, e tudo que trazia de “oculto” e de vivências era desqualificado em nuvens de falsos sonhos. Reprovada na 2ª série do primeiro grau por não ter desempenho esperado na linguagem, baixa oralidade nas aulas, “tímida, muito chorona e imatura”, segundo minha professora. Falas que repercutiram por anos dentro de mim, gerando baixa autoestima, autoconfiança comprometida e dúvidas quanto ao meu potencial acadêmico.

Felizmente, no caminho, outros educadores surgiram como “Tias”, sim, podia ser Tias! Neide; Mafalda e, com títulos honoríficos, dona Marília e Mestre Regina, que, na

¹ Terminologia da década de 70, notadamente em meados de 1976, com a implementação da LDB n.º 5692 de 1971, a denominação “Escola Estadual de 1º e 2º Graus” é introduzida e regulamentada por meio do Decreto 7709, de 18-03-1976.

prática humana e pedagógica, alimentaram o que hoje sou, incentivando sonhos nas escolas por onde passei e no “Tempo de Deus”.

Hoje, neste momento tão especial de minha trajetória, narrar e auto apresenta-me é sublimação, dar forma de expressão e consciência visionária à evolução e ao refinamento pessoal, realmente!

Percebam: apropriações de bens emocionais frutificam; somos responsáveis pelo que cultivamos no caminho. Excluir é mais rápido do que incluir. Não tenhamos esta visão simplificada de outrora, pois a inclusão genuína requer o reconhecimento e a valorização das diferenças individuais, em vez de ignorá-las, como vivenciei em minha escolarização.

Atualmente, temos mecanismos de defesa e políticas públicas que devem asseverar posturas e condutas diferentes do passado, mas será que no espaço escolar sentimos e vemos isso? O cenário de construção de uma sociedade mais justa e diversa encontra espaço para diálogo de práticas pedagógicas inclusivas à aprendizagem do estudante público da Educação Especial? Em situações de conflito de interesses, a exclusão pode parecer mais simples, como dito, mas a inclusão é fundamental para o crescimento e a construção dessa escola acolhedora e inclusiva.

Nesta direção, trilhei anseios formativos sempre na perspectiva inclusiva, perpassando a Universidade Estadual Paulista (UNESP), graduação em Pedagogia, com habilitações em “deficiência mental”, termo substituído por deficiência intelectual, seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS); deficiência auditiva e administração escolar.

Experiências diversas, já pedagoga, com vinte e sete anos de jornada, titular de cargo da Rede Estadual de São Paulo, professora de sala de recursos em deficiência intelectual, acumulei ricas experiências e oportunidades recebidas em designações como: Coordenadora Pedagógica, Diretora de Escola, Assistente Técnica Pedagógica, Professora Especialista em Currículo, Supervisora de Ensino e Técnica de Acompanhamento Pedagógico em órgão central da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEDUC-SP.

Inquieta por natureza, pós-graduada pela UNESP, em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, hoje mestranda com muita honra da árvore frutífera do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - PROFEI.

A escolha do campo de investigação foi delimitada, considerando minha formação acadêmica, experiências pessoais e profissionais, sempre intimamente ligadas aos sujeitos e contextos desta proposta.

Em aporte à linha “Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva”, a priori configura-se como um conjunto de conhecimentos, metodologias e recursos pedagógicos que contribuam para a aprendizagem e para a participação efetiva do estudante público da Educação Especial, reafirmando o paradigma da educação para todos, onde o direito à escola comum regular deve atender adequadamente aos seus estudantes, como um dos aspectos a serem repertoriados.

Contemplar com harmonia e consonância os princípios desta escola, primando pela valorização da diversidade em suas ações educativas, onde o fazer do professor reflita novas formas de ensino que englobem e proporcionem extensivamente práticas inclusivas, da pluralidade da aprendizagem, é vertente a expandir.

A proposição e realização de formação continuada docente, operacionalizando encontros formativos com reflexão e elaboração de materiais e estudos referenciais bibliográficos, é uma vertente que acredito.

Finalmente, expandir horizontes norteadores e ameaçadores da escola inclusiva, com o apontamento à resignificação dos sentidos na proposta do ensino colaborativo, como prática pedagógica inclusiva na aprendizagem, configura-se como rota.

Linder (2023, p.19) afirma: “Seu corpo não podia mais refrear o espírito que habitava dentro dele: o espírito de uma criança criada à imagem de Deus e que, como todas as outras, fora criada para conquistar os ares”.

As experiências de um estudante com deficiência vão muito além de suas próprias necessidades, pois não se pode definir uma pessoa pela deficiência que se apresenta, porque há um sujeito absolutamente único, como todos somos. “Alçar voo é direito à liberdade, abrir suas asas e ter atitude que diz: ‘Deus me deu a vida, e eu vou vivê-la’” (Linder, 2023, p.20).

1. INTRODUÇÃO

O repensar, para a prática e a partir da prática docente, contribui para ações pedagógicas que validam princípios de uma educação inclusiva e devem ser tensionadas constantemente no espaço da sala de aula com intencionalidade, parceria, compromisso, transparência, comunicação clara e efetiva.

Educação é um direito universal e para todos. Assim como ensinar, constitui-se em desafios, se observada a realidade e a parcela de excluídos, que, apesar de estarem na escola, permanecem invisíveis. Para Carvalho (2010), portanto, são excluídos todos aqueles que são marginalizados, a partir dos quais se distribuem os lugares e se formam as hierarquias, produzindo desigualdades, neste caso, nos espaços escolares. Além disso, com vistas a assegurar serviços, recursos e estratégias, a fim de oportunizar participação e protagonismo na aprendizagem dos estudantes, a escola precisa rever práticas na perspectiva da diversidade e equidade, não reproduzindo propostas ou ações comuns a todos, desconsiderando a especificidade de ser e aprender individualmente.

Neste sentido, a implementação do Ensino Colaborativo no cotidiano da sala de aula é uma alternativa dinâmica, valiosa, desafiadora e produtiva para o exercício e formação integral dos sujeitos, funcionando como espaço de diálogo da prática pedagógica no contexto da Educação Inclusiva. Ao adotar essa abordagem, reconhece-se, segundo Cunha (2005), o real desencontro entre os saberes adquiridos pelo professor em sua formação inicial e as reais necessidades do estudante.

Hora de decolar, voar e imergir na gama de desafios postos à educação escolar, como a efetivação da política de educação inclusiva, que considere as fragilidades da escola e do professor, para que o estudante possa avançar academicamente, respeitando tempos e ritmos diferentes na apropriação curricular.

Desta forma, a ressignificação de ações didático-pedagógicas, curriculares e estruturais que visem à organização de uma escola inclusiva sob a égide da qualificação da prática pedagógica no contexto do Ensino Colaborativo, é importante: “O educador é um ser social e, a partir de sua história, constrói e reconstrói referências e práticas pedagógicas, a partir dos desafios individuais, da vivência cotidiana e, principalmente, do trabalho coletivo (Kulisz, 2004, p. 31)”.

Como, então, o ensino colaborativo entre o professor da Educação Especial e o professor da classe comum pode constituir-se em diálogo para uma prática pedagógica inclusiva na aprendizagem dos estudantes?

Uma possibilidade de resposta é pensarmos na importância da reflexão e da qualificação da atuação pedagógica na ação formativa em serviço, por meio do planejamento colaborativo entre professores e de suas implicações no processo de inclusão escolar.

Tal como assinala Freire (1996, p.13), “a profissão docente, assim como tantas outras, exige do educador o aperfeiçoamento constante para estar apto a desempenhar o seu papel com ética e responsabilidade”, incidindo, então, na própria imersão do trabalho docente e na reformulação de estratégias utilizadas em face das reais necessidades dos estudantes.

O que é colocado sumariamente em destaque é que o processo de inclusão prevê todos os estudantes e não apenas uma parcela deles. Nesta visão ampliada, o Ensino Colaborativo contribui para mostrar indícios do porquê este modelo de co-docência entre professores da Educação Especial e da Classe Comum se estabelece como favorável a todos.

O Ensino Colaborativo pressupõe o trabalho conjunto em sala de aula, cuja lógica do diálogo é fator determinante para que a inclusão aconteça, pois, os professores se reconhecem como responsáveis, unissonamente, no processo de aprendizagem do estudante, sem diferenciações hierárquicas ou ensino paralelo de quem é o professor do estudante, mas sim com responsabilidades compartilhadas.

Nesta perspectiva, a pesquisa ora apresentada acrescenta experiências da realidade de sala de aula de ensino comum, vivenciadas pelo grupo de participantes junto à pesquisadora, em um movimento de pesquisa-ação, apontando que o Ensino Colaborativo é ferramenta de inclusão, mas apresenta fragilidades.

Destacam-se, no decorrer dos encontros realizados em processo de ação formativa em serviço, durante as Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) da escola-lócus, o quanto a empatia e o diálogo entre as partes precisam de potencialização no dia a dia da escola e nos espaços da sala de aula. Refletem diretamente na atuação e papel do professor da Educação Especial como parceiro do professor da classe comum. Denotam estes professores participantes que ultrapassar barreiras na proposta do Ensino Colaborativo é uma tarefa a ser consolidada, apontando como caminho possível o estabelecimento de estágios do Ensino Colaborativo na hierarquização posta na escola, percebendo que o estudante é de todos e não somente de um professor especificamente.

No tocante, a pesquisa traz o papel do professor da Educação Especial e sua validação perante o grupo de pares, a partir das atividades desenvolvidas, e sua parceria com o professor da sala comum, balizando o ambiente escolar como espaço de diálogo e na perspectiva do Ensino Colaborativo, ferramenta de acesso aos estudantes para a obtenção de melhores desempenhos acadêmicos.

Torna-se necessária a problematização da relevância da colaboração entre professores da Educação Especial e professores da classe comum no processo de planificação e elaboração de materiais. Tal articulação possibilita traduzir e compatibilizar ações extensivas e acolhedoras, constituindo recursos e caminhos possíveis para a promoção do sucesso escolar de todos. Ademais, contribui para reduzir e orientar a eliminação de barreiras, favorecendo diferentes modos de aprender e ensinar, em consonância com práticas pedagógicas que asseguram acesso curricular e benefícios à aprendizagem dos estudantes.

O objetivo geral foi analisar como o Ensino Colaborativo, implementado por meio de uma ação formativa em serviço, contribui para a qualificação e o diálogo da prática pedagógica de professores do Ensino Fundamental e Médio na perspectiva inclusiva.

Quanto aos objetivos específicos, foram estabelecidos: 1) Identificar a percepção de professores da Educação Especial e da classe comum sobre o Ensino Colaborativo como prática pedagógica inclusiva; 2) Promover o planejamento pedagógico colaborativo entre professores da Educação Especial e da classe comum no contexto de ação formativa em serviço, visando à construção de instrumentos como plano de aula e roteiro de registro reflexivo do Ensino Colaborativo; 3) Analisar as contribuições das estratégias colaborativas para a redução de barreiras à aprendizagem e para o processo de escolarização de todos os estudantes.

O Ensino Colaborativo constitui a temática de curso desenvolvido em ação formativa em serviço. No contexto da educação inclusiva, essa abordagem busca superar práticas excludentes e ampliar as oportunidades de participação e aprendizagem para todos os estudantes. Fundamenta-se na atuação conjunta e intencional dos professores, orientada ao ensino e todos na classe comum.

Advoga-se a ideia de que o professor da Educação Especial se configura como chave de acesso e apoio para todos os estudantes, e não somente exclusivo para o estudante com deficiência, pois estamos falando de ensino para todos. Potencializar a prática pedagógica do professor da classe comum na sala de aula é importante em um processo planejado e refletido.

Esta relação colaborativa entre professor da Educação Especial e professor da classe comum almeja concretizar uma grande relação de confiança entre seus atores, que irão dividir espaços, trazendo reflexões, práticas e momentos de diálogo para e entre todos.

O grande desafio do Ensino Colaborativo reside em sua efetiva implementação no contexto escolar, de modo que sua ação contemple a coletividade sem desconsiderar as necessidades individuais dos estudantes, como assinala Mendes:

[...] a proposta de Ensino Colaborativo não é a do trabalho centrado no aluno com deficiência; tem como pressuposto que ambos os professores trabalhem com todos os alunos em sala, adequando-se às atividades para que todos os alunos tenham acesso e possam participar da atividade planejada para dar alcance ao currículo (Mendes *et al.*, 2014, p. 76).

A colaboração não se dá por acaso, mas em processo construtivo e contínuo, cujo referencial de diferentes componentes curriculares converge para a responsabilização de princípios inclusivos na sala de aula. Ponderando Santos *et al.* (2024, p.1), aos autores Peter Senge (1990), Ikujiro Nonaka (1991) e Edgar Schein (1990), defendem que “a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento é essencial para a criação de ambientes de aprendizagem que promovam o desenvolvimento de habilidades como a comunicação, trabalho em equipe e resolução de problemas”.

Logo, os estudantes devem ser apresentados ao conhecimento não em sua configuração final e pronta, mas sim na etapa de organização, exigindo estruturação de relações que existem até que seja apropriado. Com isso, o estudante encontra oportunidade de categorizar informações mobilizando seu próprio sistema de codificação pela descoberta, o que deve ser considerado.

Para tanto, esta pesquisa está organizada em seções com o fim de delinear o estudo e sua redação. Na primeira seção trata da Introdução, com preocupação em expor os objetivos, justificativa e ideias embrionárias do nascimento da inquietação da pesquisadora.

A segunda seção versa sobre a fundamentação teórica, cuja retórica está subdividida em quatro partes: Educação Inclusiva e reorganização da prática pedagógica; Ensino Colaborativo na Educação Inclusiva; Ensino Colaborativo: Implementação e implicações para a prática pedagógica; e Consultoria Colaborativa e Planejamento Conjunto no contexto da Ação Formativa em Serviço.

Na terceira seção, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, traçando o viés que alicerça o desenvolvimento da pesquisa, constituído pelos itens: Contextualização da pesquisa; aspectos éticos da pesquisa; participantes da pesquisa; contextualização do local da pesquisa; local do estudo; procedimentos de coleta de dados; instrumentos de coleta de dados; e procedimentos para análise de dados.

Na quarta seção, proposta do recurso educacional, Caderno Pedagógico, no intuito de proporcionar replicabilidade do curso de ação formativa em serviço, cujo destaque é a figura do professor da Educação Especial e suas contribuições no estabelecimento do Ensino Colaborativo, no modelo da consultoria colaborativa com o professor da classe comum, para que de fato se tenham subsídios qualitativos de ensino e prática pedagógica em uma perspectiva inclusiva para todos.

Na quinta seção, a análise e a discussão dos resultados, com apresentação dos dados obtidos e realização de análise e discussões.

Na sexta seção, considerações finais com os apontamentos do estudo e evidências de que a ação formativa em serviço, fundamentada no Ensino Colaborativo, contribuiu para qualificar o diálogo pedagógico e fortalecer práticas inclusivas, especialmente no planejamento conjunto e na reflexão sobre a aprendizagem dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição do ensino colaborativo situa-se no âmbito das discussões pedagógicas voltadas à inclusão escolar, uma vez que atravessa dimensões do cotidiano educacional, do exercício profissional docente e da construção de práticas fundamentadas na parceria e na atuação conjunta. Essa perspectiva rompe com modelos de trabalho individualizados e propõe uma organização pedagógica baseada na corresponsabilidade, orientada pela garantia do direito de aprendizagem de todos os estudantes.

Nessa lógica, o processo de ensino desenvolve-se por meio da interação e da mediação entre professores que compartilham objetivos formativos e responsabilidades pedagógicas. A colaboração, nesse contexto, ultrapassa a simples divisão de tarefas, configurando-se como um processo coletivo de construção, no qual decisões são negociadas, ajustadas e assumidas de forma conjunta. Assim, o trabalho pedagógico passa a ser compreendido como resultado de ações articuladas, sustentadas pelo diálogo profissional e pela tomada de decisões compartilhadas.

Sob o ponto de vista formativo, o ensino colaborativo favorece a reflexão contínua sobre a prática docente, estimulando a análise crítica das ações realizadas no próprio contexto de ensino. A experiência compartilhada evidencia que a colaboração é indissociável da formação continuada, integrando-se de forma articulada ao cotidiano escolar e ao desenvolvimento profissional dos professores.

No que se refere aos resultados desta pesquisa, evidenciados nas diferentes etapas metodológicas, incluindo a aplicação de questionários para levantamento das demandas formativas e as discussões realizadas em grupo focal, no âmbito da ação formativa de 36 horas, foram identificadas fragilidades relacionadas ao planejamento e ao replanejamento das atividades acadêmicas, especialmente quanto à consideração das especificidades e singularidades dos estudantes no processo de aprendizagem. A articulação entre os diferentes instrumentos de coleta e análise de dados possibilitou reconhecer tanto permanências quanto mudanças nas concepções docentes, contribuindo para o aprofundamento interpretativo da investigação e para a consistência

Nesse contexto, um aspecto que exige análise crítica refere-se ao fato de o curso de Ação Formativa em Serviço ter sido ofertado aos 35 professores da unidade escolar e ter contado com a adesão de apenas seis participantes. Tal situação revela uma contradição entre o discurso recorrente de valorização da formação continuada e a

efetiva participação docente quando essa formação é disponibilizada no próprio espaço e horário de trabalho. Para além de fatores organizacionais, esse cenário aponta para a permanência de uma cultura profissional ainda marcada pelo individualismo pedagógico e pela compreensão da prática docente como atividade essencialmente privada.

A participação em processos formativos colaborativos implica tornar visíveis decisões pedagógicas, estratégias didáticas e dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar, o que pode gerar desconfortos e tensões relacionados à identidade profissional. Nesse sentido, a baixa adesão à proposta formativa pode ser compreendida como manifestação de mecanismos de autopreservação diante da possibilidade de exposição de fragilidades da prática docente. Observa-se que experiências formativas que pressupõem análise coletiva do trabalho pedagógico desafiam concepções tradicionais de autonomia profissional, exigindo deslocamentos na forma como os professores compreendem sua própria aprendizagem e desenvolvimento profissional.

Desse modo, a experiência analisada indica que a consolidação do ensino colaborativo não depende apenas da oferta de oportunidades formativas, mas requer mudanças mais profundas nas culturas docentes e nas formas de organização do trabalho escolar. Enquanto persistirem práticas fundamentadas no isolamento profissional, a construção de ações pedagógicas compartilhadas tende a encontrar limites, dificultando a efetivação de propostas colaborativas voltadas à promoção de uma educação inclusiva.

A abordagem colaborativa na pesquisa-ação conferiu à pesquisadora o duplo papel de formadora e investigadora, possibilitando intervir na realidade ao mesmo tempo em que a analisava criticamente. Nesse percurso, evidenciou-se a necessidade de romper com a cultura do apostilamento e da reprodução de atividades padronizadas, frequentemente materializadas em práticas xerocadas e homogêneas, que reduzem o currículo e não asseguram equidade. Tais práticas tendem a desconsiderar a diversidade dos modos de ser e aprender, distanciando-se da perspectiva inclusiva que preconiza uma educação pautada na apropriação do conhecimento e na participação efetiva de todos os estudantes.

Os dados indicam que o ensino colaborativo se constitui como alternativa concreta para a qualificação da prática pedagógica no contexto da Educação Inclusiva. O planejamento conjunto entre o professor da Educação Especial e o professor da classe comum, articulado ao currículo e orientado pela promoção da acessibilidade, ampliou o repertório profissional e produziu ressignificações nas práticas desenvolvidas em sala de

aula. A imersão na prática colaborativa possibilitou a produção e a análise de evidências pedagógicas que atribuíram sentido e significado ao processo formativo, fortalecendo a corresponsabilidade docente na aprendizagem dos estudantes.

Nessa direção, a pesquisa reafirma a compreensão do Atendimento Educacional Especializado como oferta complementar ou suplementar à escolarização do estudante na classe comum, com a finalidade de garantir acessibilidade, aprendizagem e protagonismo em seu percurso formativo. Tal entendimento implica a adoção de estratégias e recursos pedagógicos que assegurem condições efetivas de aprendizagem para todos, em consonância com os princípios da Educação Inclusiva.

Os resultados evidenciaram, ainda, a ausência de diálogo sistemático entre os professores nos momentos de planejamento e organização das ações pedagógicas, especialmente no que se refere à elaboração do plano de aula colaborativo. Embora os documentos oficiais e a produção acadêmica definam as atribuições do professor da Educação Especial, observou-se fragilidade na compreensão de seu papel no cotidiano escolar, revelando tensões entre as normativas institucionais e as práticas efetivamente desenvolvidas.

Retomando a experiência vivenciada durante a pesquisa, a organização de horários comuns para o planejamento colaborativo mostrou-se elemento estruturante para a consolidação das ações desenvolvidas. O momento posterior à aplicação das atividades em sala de aula, acompanhado de reflexões sistematizadas em roteiro específico de registro, fortaleceu a definição consciente do papel de cada docente no processo de ensino e aprendizagem. O plano de aula colaborativo padronizado contribuiu para orientar as discussões e favorecer ajustes pedagógicos fundamentados em evidências produzidas no contexto da prática.

Outro aspecto relevante refere-se à linguagem utilizada pelos professores ao se referirem aos estudantes, elemento que revela concepções implícitas sobre o trabalho pedagógico e as relações profissionais estabelecidas no contexto escolar. A adoção de expressões que indicam pertencimento coletivo, em substituição a formulações individualizadas, evidencia a construção de uma perspectiva de atuação compartilhada, na qual a responsabilidade pela aprendizagem deixa de ser atribuída a um único docente e passa a ser assumida de forma conjunta. Assim, a escolha linguística ultrapassa o campo meramente semântico, expressando posicionamentos éticos e profissionais coerentes com princípios inclusivos e com a ideia de corresponsabilidade educativa.

O trabalho desenvolvido de forma conjunta, por meio do ensino colaborativo entre professores da Educação Especial e da classe comum, configurou-se como uma significativa ação formativa em serviço, produzindo impactos positivos no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados apontam que a organização de práticas colaborativas favorece o fortalecimento do diálogo entre profissionais, contribuindo para a construção de espaços sistemáticos de planejamento, acompanhamento e avaliação compartilhada. Nesse movimento, a colaboração consolida-se como estratégia estruturante para a qualificação das práticas pedagógicas e para a ampliação das possibilidades de atendimento às necessidades educacionais dos estudantes.

No plano institucional, a implementação do ensino colaborativo implica a revisão das dinâmicas organizacionais da escola, especialmente no que se refere às formas de produção e compartilhamento do conhecimento profissional. A consolidação dessa perspectiva requer a construção de ambientes institucionais que favoreçam a aprendizagem coletiva, nos quais a reflexão sobre a prática e a tomada de decisões pedagógicas ocorram de maneira participativa. Nesse contexto, a colaboração deixa de depender exclusivamente da iniciativa individual dos professores e passa a constituir-se como princípio orientador incorporado ao projeto político-pedagógico, sustentando práticas educativas alinhadas a uma cultura escolar inclusiva.

No âmbito das políticas públicas, observa-se o fortalecimento de diretrizes que enfatizam a articulação entre os serviços da Educação Especial e o ensino comum como condição para a efetivação da Educação Inclusiva. Contudo, permanece um distanciamento entre os princípios estabelecidos nos documentos normativos e as condições concretas de sua implementação nas escolas. A efetivação do ensino colaborativo demanda investimentos contínuos em formação docente, reorganização das condições de trabalho e redefinição de papéis profissionais, de modo a possibilitar a construção de práticas pedagógicas realmente integradas e sustentáveis no cotidiano escolar.

Todavia, a análise crítica desenvolvida nesta pesquisa indica que o ensino colaborativo não pode ser romantizado. Sua efetividade depende da superação de resistências, da redefinição de identidades profissionais e da construção de relações de confiança entre os pares. Na ausência dessas condições, a colaboração pode restringir-se ao plano formal, sem promover transformação substantiva da prática pedagógica.

Conclui-se, portanto, que o ensino colaborativo representa um movimento de reconfiguração no interior da escola, ao problematizar modelos tradicionais de docência

e afirmar a corresponsabilidade como princípio estruturante da inclusão. Sua consolidação requer articulação entre fundamentos teóricos, marcos legais, reorganização institucional e compromisso ético-político com o direito à educação. Ao assumir a colaboração como diálogo docente permanente da prática pedagógica, a escola avança na direção de uma cultura inclusiva que reconhece a diversidade não como problema a ser corrigido, mas como dimensão constitutiva do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. *Desenvolvendo escolas inclusivas*. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ALVES, E. R. *Práticas pedagógicas inclusivas: reflexões constituídas a partir da implementação curricular*. Universidade Regional do Cariri – URCA. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6045-7254>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- ALVES, R. *Sobre os professores e as cozinheiras*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 jun. 1996, p. D2.
- AMARO, D. G.; MACEDO, L. *Da lógica da exclusão à lógica da inclusão: reflexão sobre uma estratégia de apoio à inclusão escolar*. Universidade de São Paulo, p. 18, out. 2001.
- ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000200013>. Acesso em: 17 fev. 2026.
- ARARUNA, Maria Rejane. *Articulação entre o professor do atendimento educacional especializado (AEE) e o professor do ensino comum: um estudo das perspectivas do trabalho colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza*. 2018. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2018. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC7_a88e7ce61f075c9a3ca83348722b3092. Acesso em: 17 ago. 2025.
- ARAÚJO, S. L. S.; ALMEIDA, M. A. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, p. 341-352, jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/8639>. Acesso em: 21 dez. 2025.
- ARAÚJO et al. A leitura no cotidiano de futuros professores: contribuições dos diários de formação. *Interfaces Científicas – Educação*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 527-540, 2020.
- ARNOSTI, Rebeca; SOUZA NETO, Samuel de. O papel dos dispositivos formativos no desenvolvimento profissional docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 53, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410245>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- ARNOSTI, R.; SOUZA NETO, S. de. O papel dos dispositivos formativos no desenvolvimento profissional docente. *Cadernos de Pesquisa*, v. 53, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410245>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- AUSUBEL, D. P. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. 3. ed. São Paulo: Editora Lucher, 2016.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERSCH, Rita. *Tecnologia assistiva: recursos e serviços para a inclusão escolar*. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Successful qualitative research: a practical guide for beginners*. Los Angeles: SAGE Publications, 2013.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: Presidência da República. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2008. Seção 1, p. 26. Disponível em: <http://in.gov.br/imprensa/visualiza?index.jsp?jornal=1&pagina=26&data=18/09/2008> Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. *Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11 Acesso em: 21 jun. 2024.

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 20 jun. 2024.

Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. *Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a *Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BUENO, T.; ALVES, M. Triangulação metodológica: conceitos e perspectivas de aplicação. *Interin*, v. 25, n. 2, p. 188-204, 2020.

CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G. Consultoria colaborativa à distância em tecnologia assistiva para professores. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 162. p. 1100-1123, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143562>. Acesso em: 2 jan. 2026.

CAPELLINI, V. L. M. *Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar com deficiência mental*. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, 2004.

CAPELLINI, V.L.M.F.; MENDES, E.G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 29, p. 113-128, 2007.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZANATA, E. M.; PEREIRA, V. A. Práticas educativas: ensino colaborativo. In: CAPELLINI, V. L. M. F. (Org.). *Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental*. Bauru: UNESP/FC, 2008.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Ensino colaborativo: práticas e saberes na perspectiva da educação inclusiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Educação inclusiva e trabalho colaborativo: desafios e possibilidades na escola comum*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. *O que é ensino colaborativo?* São Paulo: Edicon, 2019.

CAPELLINI, V.L.M.F.; ZERBATO, A.P. *Ensino colaborativo: fundamentos, práticas e formação docente para a inclusão escolar*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Ensino colaborativo para a escolarização do estudante com Transtorno Global do Desenvolvimento*. Bauru: UNESP, 2015. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/381389>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARAMORI, P.M. *Estratégias pedagógicas e inclusão escolar: um estudo sobre a formação continuada em serviço de professores a partir do trabalho colaborativo*. 2014.

310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2014.

CARVALHO, M. B. W. B. As peculiaridades da educação especial na Política Educacional do Maranhão. In: *Temas em Educação Especial: múltiplos olhares*. Araraquara, SP: Junqueira & Marim; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

CARVALHO, R.E. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines version 2.2*. Wakefield, MA: CAST, 2018.

CHATGPT. *Processo de implementação de consultoria colaborativa entre professores*. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Criado em: 6 jan. 2026.

COLL, C.; MARTÍ, E. *Desenvolvimento psicológico e educação: problemas e perspectivas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008. Cap. 4: A Zona de Desenvolvimento Proximal.

COLL, C.; MARTÍ, E. *Desenvolvimento psicológico e educação: problemas e perspectivas*. 9. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2019.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. Educação ou saúde? Educação X saúde? Educação e saúde! *Cadernos. Cedes*, n. 15, 1985.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. *A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação)*. Campinas: Unicamp, 1996.

CONTRERAS, J. *Autonomia de professores*. Tradução de Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002. 296 p.

CUNHA, M. I. da. *O bom professor e sua prática*. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DAVID, L.; CAPELLINI, V. L. M. F. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 2, p. 189-209, maio/ago. 2014. DOI: 10.14572/nuances.v25i2.2714.

DEL-MASSO, M. C. S. *Metodologia do trabalho científico: aspectos introdutórios*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DENZIN, N. *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*. London: Routledge, 2009.

DISCHINGER, M. *Design universal aplicado à educação: princípios e práticas*. Florianópolis: UFSC, 2004.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V.H. M.; PIARDI, S. M. D. *Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, p. 139-154, 2002.

DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DRAPELA, V. J. *The consultation process in counselor education*. Springfield: Charles C Thomas, 1983.

FAZENDA, I. C. *Interdisciplinaridade*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. C. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia*. São Paulo: Loyola, 1979.

FILPO, S. D. A.: *Teoria da Aprendizagem Significativa*. Disponível em: <https://pedagogiadescomplicada.com.br/>. Acesso em: 21 set. 2025.

FLEITH, D. *A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação*. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

FONSECA, K. A. *Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

FONSECA, K. A. et al. Contextualização dos marcos legais e históricos para a inclusão. In: FONSECA, K. A. et al. (Orgs.). *Práticas inclusivas: antigas questões, novas possibilidades*. Iguatu, CE: Quipa Editora, 2022. 167 p.

FONSECA, K. A.; JUNIOR, J. L.; CAPELLINI, V. L. M. F.; OLIVEIRA, C. A. M.. A importância da formação em ajustes curriculares para a implantação de práticas inclusivas. *Revista de Educação Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/recet/article/view/1622>. Acesso em: 26 nov. 2025.

FONSECA, V. *Piaget, Vygotsky e a aprendizagem significativa*. São Paulo: Atual, 1995.

FONTES, R. S. *Ensino Colaborativo: uma proposta de educação inclusiva*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRENCH, N. K. *The shifting roles of school professionals*. Thousand Oaks: Corwin Press, 2002.

FRIEND, M.; COOK, M.. *Interactions: Collaboration skills for school professionals*. 2. ed. White Plains, NY: Longman, 1990.

GAGNÉ, R. M. *As condições da aprendizagem*. 8. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2018.

GATELY, S. E.; GATELY J. F. J. Understanding co-teaching components. *Teaching Exceptional Children*, Arlington, v. 33, n. 4, p. 40–47, 2001.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. *Revista Internacional de Formação de Professores*, Itapetininga, v. 1, n. 2, 2016.

GIACONI, C.; CAPELLINI, S. A. *Os professores ensinam. Alguns alunos não aprendem. Por que isso acontece?* Marília: UNDEPE, 2012.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Educação*, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.

GLAT, R.; MENDES, E. G. Políticas de educação inclusiva e formação de professores. In: GLAT, Rosana (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-38.

GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. Educação inclusiva e educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 17-26, jan./abr. 2012.

GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 9-20, 2018.

GONÇALVES, M.A.; VASCONCELLOS, Heraldo. Consultoria. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 91-98, abr./jun. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901991000200010>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GONÇALVES, A. I. *Ensino colaborativo e formação continuada em serviço: contribuições para práticas inclusivas*. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI) – Paranaguá, 2022. p. 24.

GONZÁLEZ, E. A. Educação especial: conceito e dados históricos. In: GONZÁLEZ, E. (Org.). *Necessidades educacionais específicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IBIAPINA, I.M.L.de M.; FERREIRA, M. S. A trama de pesquisar e formar em colaboração. In: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. *Formação de Professores: Texto & Contexto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IBIAPINA, I. M. L. de M. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2008. 136 p.

IDOL, L.; PAOLUCCI-WHITCOMB, P.; NEVIN, A. *Collaborative consultation*. Austin: PRO-ED, 1986.

IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Trad. Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 38-44.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T.; SMITH, K. A. *Active learning: cooperation in the college classroom*. 5. ed. Edina: Interaction Book Company, 2020.

KAISER, L.; ROSENFELD, S.; GRAVOIS, T. *Teachers' perception of satisfaction, skill development, and skill application after instructional consultation services*. *Journal of Learning Disabilities*, v. 42, n. 5, p. 444-457, 2009.

KAMPWIRTH, T. J. *Collaborative consultation in the schools: effective practices for students with learning and behavior problems*. 2nd ed. New Jersey: Merrill Prentice Hall, 2003.

KAMPWIRTH, Thomas J.; POWERS, Kristin M. *Collaborative consultation in the schools: effective practices for students with learning and behavior problems*. 5th ed. California State University, Long Beach, 2016.

KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 833-849, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300010>. Acesso em: 13 set. 2025.

KULISZ, Beatriz. *Professores em cena: o que faz a diferença*. Porto Alegre: Meditação, 2004.

KNACKENDOFFEL, E. Anne. Collaborative teaming in the secondary school. *Focus on Exceptional Children*, v. 37, n. 5, p. 1-16, 2005.

LAMB, F. A.; BECK, C. L. C.; COELHO, A. P. F.; VASCONCELOS, R. O. Trabalho de enfermagem em pronto socorro pediátrico: entre o prazer e o sofrimento. *Cogitare Enfermagem*, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v24i0.59396>. Acesso em: 24 jun. 2025.

LAGO, D. C. *Ensino colaborativo: benefícios pedagógicos e sociais para os alunos com deficiência intelectual*. In: Reunião Nacional da ANPEd, 36., 2013, Goiânia. Anais... Goiânia: ANPEd, 2013.

LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Discurso de agradecimento: com a palavra o homenageado. In: SUANNO, M. V. R.; CHAVES, S. M.; ROSA, S. V.L. *Educação como prática social, didática e formação de professores: contribuições de José Carlos Libâneo*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020. p. 25.

LIMA, C.F. de. *Ensino colaborativo: parceria em colaboração entre os professores do ensino médio e da educação especial*. Orientadora: Dra. Maria Aparecida Dias. 2023.

194f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. LIMA, F. C. S.; MOURA, M. G. C. A formação continuada de professores como instrumento de ressignificação da prática pedagógica. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, ano 23, edição especial, dez. 2018.

LIMA, M. S. L. *A formação contínua do professor nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 28 jan. 2026.

LINDER, B. *Um convite para voar: desenvolva sua criança com deficiência em toda sua potencialidade*. Pompeia: Universidade da Família, 2023. 190 p.

LOPES, J.; SILVA, H. *Aprendizagem Cooperativa na sala de aula: um guia prático para o professor*. 2. ed. Lisboa: Editora Pactor, 2022. p. 1-331.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: Editora E.P.U., 2013.

MANGINI, F. N. R.; MIOTO, R. C. T. A interdisciplinaridade na sua interface com o mundo do trabalho. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 2, p. 207-215.

MANTOAN, M. T.E. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). *Estratégias Educacionais Diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

MASETTO, M.T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2000.

MEIRA, M. E. M. Desenvolvimento e Aprendizagem: reflexões sobre suas relações e implicações para a prática docente. *Ciência & Educação*, p. 61-70, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73131998000200006>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MENDES, E. G. *Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar*. In: MANZINI, E. J. (Org.) *Inclusão e acessibilidade*. Marília, SP: ABPEE, 2006. p.29-41

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387–405, set. / dez.2006.

MENDES, E.G. *Inclusão escolar com alunos com deficiência: desafios e perspectivas*. São Carlos: EDUFSCar, 2010.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. *Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular*. 2011.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. *Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial*. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

MENDES, E.G; SANTOS, V; SEBBIN, B. R. (org.). *A política de educação especial no Brasil: análise da produção de textos (2004–2019)*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. *Ensino colaborativo: pressupostos para a formação e atuação de professores*. 2. ed. São Carlos: Marquise, 2024.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A.P. *Ensino colaborativo e inclusão escolar: fundamentos e práticas pedagógicas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A.P. *Ensino colaborativo e consultoria colaborativa na escola inclusiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

MENDES, E.G.; et al. *Consultoria Colaborativa Escolar: o apoio dos profissionais da equipe multidisciplinar à educação inclusiva*. 1. ed. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2025. 210 p. DOI: 10.52695/978-65-5456-138-9.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete Declaração de Jomtien. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/declaracao-de-jomtien/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MEZZOMO, F. A.; PATARO, C. S. O. *Interdisciplinaridade: perspectivas e desafios*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020. 302 p.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NONAKA, I. A dynamic theory of organizational knowledge. *Science Organization*, v. 5, n. 1, p. 14-37, 1994.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 13-33. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4758/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NÓVOA, A. *Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

OLIVEIRA, A. A. S. de. Deficiência Intelectual: os sentidos da cultura, da história e da escola. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual do Ciclo II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: SME/DOT, 2012. p. 16-21.

OLIVEIRA, A. A.; LEITE, L. P. Escola Inclusiva e as necessidades educativas especiais. In: MANZINI, J. E. (org.). *Educação Especial: temas atuais*. Marília: Fundepe, 2008.

OLIVEIRA, A. A. S.; POKER, R. B.; DE OLIVEIRA, F. I. W. *Práticas pedagógicas en Educación Especial: hacia una Escuela Inclusiva*. 2014.

OLIVEIRA, I. A.; MACHADO, R. L. (colaboradores). *A pedagogia da libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p. 17.

OLIVEIRA NETA, A. S. *A prática pedagógica do professor de Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, A. A. S. de; CAPELLINI, V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P. R.(org.). *Ensino colaborativo: fundamentos e práticas para a inclusão escolar*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

OLIVEIRA, L. F. *Consultoria colaborativa como modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar*. Curitiba, 2021. 136 f.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. *Oxford dictionary of English*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PACHECO, J. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 232

PAÍN, S. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1989. p. 23-24.

PELISSARI, C. Os seis desafios do formador. *Revista Avisa Lá*, n. 30, p. 28-34, abr. 2007.

PEREIRA, Débora Silva de Castro. O ato de aprender e o sujeito que aprende. *Constr. psicopedag*, São Paulo, v. 18, n. 16, p. 112-128, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 27 set. 2025.

PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 29-45.

PIMENTA, L.R.de R. *Facilitação conversacional na prática: competências e ferramentas do facilitador*. 2019. 247 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L. *O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2012.

PLETSCH, M. D. *Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005.

PUJOLÁS, M. P. *Atención a la diversidad y aprendizaje cooperativo en educación obligatoria*. Archidona (Málaga): Ediciones Aljibe, 2001.

RABELO, L. C. C. *Ensino Colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar*. 2012. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. UFSCar. São Carlos, 2012.

RECALDES, D. Propostas e práticas de ensino colaborativo entre professores do ensino comum e especializado em educação especial. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

REIS, P. *Observação de aulas e avaliação docente*. Lisboa: Ministério da Educação, 2011.

RODRIGUES, D. *Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas de formação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2011. p. 59.

SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SANTOS, C.E. M. *Consultoria colaborativa para inclusão escolar baseada no Desenho Universal para a Aprendizagem*. 2024. 308 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2024.

SANTOS, K. S.; RIBEIRO, M. C; QUEIROGA, D. E. U.de; SILVA, I. A. P. da. *O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo*. Fundação Educacional Jayme de Altavila, Maceió.2018.

SANTOS, C. E. M.; RODRIGUES, O.M.P.R.; CAPELLINI, V.L.M.F. *Consultoria colaborativa e educação inclusiva: uma revisão sistemática de estudos brasileiros. Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, e245254, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-245254>. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/305592>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SANTOS, G.G.; SOUZA.R. G de; OAIGEN.R; FERREIRA.S JR. *A teoria cognitiva na educação e o desenvolvimento de soft skills: Uma abordagem interdisciplinar e a percepção de professores e especialistas*. Niversidade Evangélica do Paraguai – UEP, 2024, p. 02.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SCHEIN, E. Organizational Culture. *American Psychologist*, v. 45, n. 2, p. 109-119, 1990.

SENGE, P. M. *A quinta disciplina*. São Paulo: Best Seller, 1992.

SCHÖN, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, M. R. F. C. et al. *Formação de professores: relação teoria-prática e estratégias metodológicas*. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial, n 5, 2012, São Carlos. Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial; VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. São Carlos, 2012.

SILVA, R. S. da. *Possibilidades formativas da colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense*. 2018. 139 f. Dissertação de Mestrado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SE nº 68, de 12 de dezembro de 2017. *Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 13 dez. 2017.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SE nº 92, de 28 de setembro de 2021. *altera a Resolução SE nº 68/2017 para ampliar e reorganizar as aulas de ensino colaborativo no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da rede estadual de São Paulo*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 29 set. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 21, de 21 de junho de 2023. *Dispõe sobre a organização das ações de Educação Especial na rede estadual de ensino*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2023.

SÃO PAULO. Decreto nº 67.635, de 6 de abril de 2023. *Dispõe sobre a Educação Especial na rede estadual de ensino e dá providências correlatas*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 7 abr. 2023.

SOBROSA, M.G.do C.; DIAS, C. A.F.B.; SANTOS, V.A.F. B.dos; OLIVEIRA, S.D.de; FERNANDES, F.L.; PORTELLA, A.S.de O.; RANGEL, A.B.; SILVA, D. F.F. da; SANTOS, C.B. da S.; BARTH, L. da S.; RIBEIRO, S. da S.; LIMA, E.B. T. *Formação continuada permanente dos professores: uma revisão bibliográfica*. Revista Foco, v. 17, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n3-009>.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 129, de 30 de setembro de 2025. *Dispõe sobre a regulamentação da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Plano Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 3 out. 2025.

SOUSA, K. C.; SOUSA, J. L. R. de; MOREIRA, H. B. C. Proposta de práticas pedagógicas inclusivas na docência. *Revista de Educação, Cultura e Sociedade*, Sinop,

v. 11, n. 2, p. 42-53, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://educsociedade.sinop.edu.br>. Acesso em: 2 jan. 2026.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STAINBACK, W.; STAINBACK, S.; MORAVEC, J. (1999). *Un currículo para crear aulas inclusivas*. En S. Stainback; W. Stainback (Ed.): *Aulas inclusivas* (pp. 83- 101). Madrid: Narcea.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

THERRIEN, J.A e LOIOLA, F. *A Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente*. Rev. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, p.143- 160,Abril/2001.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100009>. Acesso em 20.out.2023.

TURNER, A. H. Consultoria é mais do que dar conselho. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 5-15, jan. /abr. 1989.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, 1994.

VALÉRIO, Maria Aparecida da Silva. *Formação docente e práticas colaborativas na educação inclusiva*. 2017. 145 f. Dissertação. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

VAUGHN, Sharon; SCHUMM, Jeanne Shay; ARGUELLES, Maria E. The ABCDEs of co-teaching. *Teaching Exceptional Children*, Arlington, v. 30, n. 2, p. 4–10, 1997.

VASCONCELLOS, C. S. *Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação*. São Paulo: Libertad, 1996.

VILARONGA, C. A. R. *Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino*. 2014. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

VILARONGA, C.A.R.; MENDES, E.G. *Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 256 p.

WEISS, M. P.; LLOYD, J. W. *Congruence between roles and actions of secondary special educators in co-taught and special education settings*. *The Journal of Special Education*, v. 37, n. 2, p. 58-68, 2003.

ZEICHNNER, K. M. *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa: EDUCA, 1993.

ZERBATO, A.P. *Práticas pedagógicas inclusivas e organização do ensino*. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

ZERBATO, A.P. y MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. *Educação. UNISINOS* [online]. 2018, vol.22,n.2,pp.147-155. ISSN 2177-6210. <https://doi.org/10.4013/edu.2018.222.04>.

ZANATA, E. M. *Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa*. 2004. 198 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – UFSCAR, São Carlos, 2004.